

— 1994/98 — Integrou como investigador no Centro de Estudos Geográficos, as equipas dos seguintes projectos: “Turismo, Lazer e Desenvolvimento Local?”, “Dinâmicas da População e Território”, “Serviços e Desenvolvimento, que oportunidades para as Áreas Rurais?”, “Desenvolvimento Rural, Desafio ou Utopia?”

Actividades relevantes desenvolvidas no âmbito de Empresas Particulares e Consultoria:

— 2000/1 — Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo nas Beiras;

— 1992/94 — Estratégia para o Turismo do Centro Litoral — PROT Centro Litoral para CCR Centro;

— 1990/92 — PDM's do Concelho de Sintra, Cascais, Nordeste e da Ribeira Grande;

Despacho n.º 3262/2009

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, designo o Arquitecto António Porfírio de Sousa Maia, vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, para me substituir nas minhas ausências e impedimentos.

O presente despacho produz efeitos a 28 de Novembro de 2008.

28 de Novembro de 2008. — O Presidente, *João Varejão Faria*.

Despacho n.º 3263/2009

Por meu despacho de 05 de Março de 2008 foi determinada a afectação do montante máximo do orçamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, para fazer face, em 2008, às alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária, nos termos do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e definido o universo em que tais alterações poderiam ocorrer, designadamente todas as carreiras e categorias desde que os respectivos trabalhadores tenham obtido a menção máxima na avaliação do desempenho de 2007 e não possam ser nomeados definitivamente em categoria superior, nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

O Conselho Coordenador de Avaliação, nos termos do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, emitiu parecer favorável à alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária excepcional.

Atendendo à existência de situações enquadráveis no meu despacho supra mencionado no que concerne à opção prevista no n.º 1 do artigo 48.º da citada Lei n.º 12-A/2008, foi considerado importante para a gestão desta Comissão de Coordenação recorrer a este mecanismo para reconhecer o esforço e empenho de alguns trabalhadores.

Assim, encontrando-se reunidos os requisitos legais para o efeito e ao abrigo da prerrogativa que me é conferida pela citada disposição legal, determino que os trabalhadores abaixo identificados alterem, com efeitos a 01 de Janeiro de 2008, a sua posição remuneratória para a imediatamente seguinte à que detinham em 31 de Dezembro de 2007:

José Norberto Correia Apolónia, Assessor principal da carreira de consultor jurídico — Posicionado no 2.º escalão, índice 770;

Maria Helena Ribeiro Horta Ferreira Neves dos Santos, Assessora principal da carreira técnica de serviço social — Posicionada no 3.º escalão, índice 830;

Marília Margarida Carrusca Jacinto Uva, Chefe de secção de pessoal — Posicionada no 4.º escalão, índice 400.

Os trabalhadores abrangidos constituem a totalidade do universo acima definido.

O Conselho Coordenador da Avaliação da CCDR Algarve emitiu o seguinte parecer:

“Ouvida a intenção apresentada pelo Sr. Presidente, nos termos do n.º 1 do artigo 48.º da LVCR, foi deliberado por unanimidade, emitir parecer favorável à ocorrência no ano de 2008, consideradas as necessárias verbas orçamentais, de alterações excepcionais de posicionamento remuneratório imediatamente superior, dos trabalhadores de todas as carreiras e categorias que tenham obtido na última avaliação do desempenho a menção máxima devendo, para este efeito, ser considerados apenas os trabalhadores que não possam ser nomeados definitivamente em categoria superior, nos termos da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.”

28 de Novembro de 2008. — O Presidente, *João Varejão Faria*.

Despacho (extracto) n.º 3264/2009

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos

cargos de direcção intermédia de 2.º grau, seja efectuado por selecção, de entre funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de chefia, coordenação e controlo;

Considerando que foi dado cumprimento ao estabelecido no artigo 21.º, da mesma lei;

Considerando, ainda, que dos candidatos ao procedimento de selecção para provimento do cargo de chefe de Divisão de Apoio Jurídico, o licenciado António José dos Santos Lopes de Brito é aquele que revelou possuir cumulativamente as seguintes condições:

É detentor de vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções ligadas ao lugar a prover; Revelou motivação e sentido de organização, bem como um conhecimento profundo das atribuições e dos pontos fortes e pontos fracos da CCDR Algarve; Possui bons conhecimentos técnicos associados ao conteúdo funcional da unidade orgânica a que se candidata.

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e n.º 5.1 do Despacho n.º 11491/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Abril de 2008, determino o seguinte:

1 — Nomear, em comissão de serviço, no cargo de chefe da Divisão de Apoio Jurídico, o licenciado António José dos Santos Lopes de Brito, consultor jurídico de 1.ª classe, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

2 — A presente nomeação produz efeitos a 27 de Novembro de 2008.

9 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *João Varejão Faria*.

Nota curricular

Identificação: António José dos Santos Lopes de Brito, nascido a 23 de Março de 1968 em Lisboa, Portugal.

Habilitações académicas:

— Licenciatura em Direito concluída a 29 de Julho de 1991, ramo de Jurídico-Económicas, Universidade de Lisboa;

— Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (Universidade Nova de Lisboa), terminado a 12 de Junho de 1996 com a obtenção da classificação final de Bom com Distinção;

— curso de Protecção Europeia dos Direitos do Homem (ministrado pelo Juiz-Conselheiro João de Deus Pinheiro Farinha, único Juiz português no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de Estrasburgo, no ano lectivo de 1990/91), concluído com a média final de 14 valores, tendo sido um dos únicos três portugueses a concluir o curso com aproveitamento, depois da apresentação de um trabalho intitulado “A Problemática da Eutanásia”;

— curso de Direito do Ambiente concluído na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, a 24/11/91;

— Formador com certificado de aptidão profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional n.º EDF 1574 DG, de 25 de Novembro de 1999;

Actividade profissional:

— Estagiou como Advogado, no escritório do Dr. João Castilho, em Lisboa, de Novembro de 1991, a Abril de 1992;

— Trabalho como Advogado, no escritório da Dr.ª Regina Santos, na Comarca de Oeiras, tendo assegurado o patrocínio jurídico em muitos processos-crime e cível de Abril de 1992 a Fevereiro de 1993, e no escritório do Dr. João Bagarrão, em Faro, onde se dedicou sobretudo ao direito laboral, contra-ordenacional, cível, comercial (consultadoria jurídica empresarial) e registral de Março a Julho de 1993;

— Foi representante da Base de Dados “Sentença” no Algarve, de Abril a Novembro de 1993;

— Foi representante oficial no Algarve da Intercultura(AFS), de Julho de 1993 a Abril de 1995;

— Formador do curso de Formação Profissional para jovens solidadores e advogados estagiários, organizado pelo Conselho Distrital de Faro da Ordem dos Advogados, intitulado “O Direito Imobiliário na Empresa”, ministrado nas instalações da Psicofaro em Dezembro de 1996;

— Professor responsável pela cadeira de Direito Internacional Público no 3.º Ano da Licenciatura em Direito da Universidade Lusófona, Portimão no Ano Lectivo de 1996/97;

— Professor responsável desde o Ano Lectivo de 1997/98 pela cadeira de Direito, Direito Económico, Direito do Ambiente, e Direito do Turismo na Licenciatura em Gestão, Gestão de Biorecursos, e Línguas e Assessoria de Gestão, Marketing, e Gestão do Turismo no INUAF (Instituto Universitário Dom Afonso III), em Loulé;